

**MUNICÍPIO DE
MIRANDA DO DOURO**

ANO FINANCEIRO DE 2014

Relatório de Auditoria e Certificação Legal de Contas

Certificação Legal das Contas

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas do “**Município de Miranda do Douro**”, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2014, que evidencia um total de € **46.578.151**, um total de Fundos Próprios de € **32.124.962**, incluindo um resultado líquido de € **494.176**, a Demonstração dos Resultados do exercício findo naquela data, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, os Mapas de Execução Orçamental, que evidencia um total de despesa paga de € **10.423.397** e de receita cobrada de € **10.985.628** o Mapa do Plano Plurianual de Investimentos e o Mapa de Operações de Tesouraria, todos documentos do exercício findo em 31 de Dezembro de 2014.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Executivo Municipal (Câmara Municipal) a preparação das demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Município e o resultado das suas operações e dos fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas e Directrizes Técnicas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras contêm ou não distorções materialmente relevantes.

Para tanto o referido exame inclui:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas
- em juízos e critérios definidos pelo Executivo Municipal, utilizados na sua preparação;

- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião sobre aquelas demonstrações financeiras.

Opinião

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do **Município de Miranda do Douro** em 31 de Dezembro de 2014 e o resultado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites constantes do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais.

Relato sobre Outros Requisitos Legais

8. É também nossa opinião que a informação constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício

Ênfases

9. Sem modificarmos o conteúdo da opinião expressa no parágrafo número 8 acima chamamos a atenção para os seguintes factos
- 10.1. Apesar de só ter sido iniciada a implementação do sistema de contabilidade analítica no Município em 2014 e constituir uma obrigatoriedade prevista no ponto 2.8.3 do POCAL, o mesmo ainda não se encontra em condições de proporcionar a informação financeira necessária para a avaliação dos custos dos serviços a que estão associados o pagamento de taxas por parte dos munícipes e os custos das obras e serviços realizados por administração direta, para efeitos de reconhecimento de eventuais ativos e resultados.

Fernando Peixinho & José Lima
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

10.2.O Município disponibilizou instalações e equipamentos para o funcionamento do Matadouro os quais não se encontram relevados como “imobilizado em poder de terceiros”. Também não existe qualquer contrato com a sociedade “Miranda Cultural e Rural, E.M.” referente à sua utilização.

Bragança, 08 de Abril de 2015



Fernando José Peixinho de Araújo Rodrigues - (R.O.C. n.º 1047)
Em representação da S.R.O.C. n.º 92 Fernando Peixinho & José Lima, L.da



Fernando Peixinho & José Lima - SROC,Lda

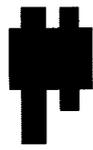
COMPETÊNCIA RIGOR INDEPENDÊNCIA



ORDEM DOS
REVISORES OFICIAIS
DE CONTAS

Integridade Independência Competência

www.peixinhoelimasroc.pt



Fernando Peixinho & José Lima - SROC Lda



Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

RELATÓRIO ANUAL DE AUDITORIA EM

31 de Dezembro de 2014

CÂMARA MUNICIPAL DE
MIRANDA DO DOURO

RELATÓRIO ANUAL DE AUDITORIA EXTERNA

Ex.^{mos} Membros da Assembleia Municipal do Município de Miranda do Douro

Ex.^{mo} Senhor Presidente da Câmara Municipal de Miranda do Douro

Ex.^{mos} Senhores Vereadores do Município de Miranda do Douro

Ex.^{mos} Senhores

Introdução

1. O presente relatório é emitido nos termos da alínea d), do n.º 2 do art.º 77.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de Setembro e subsidiariamente pelos deveres de fiscalização previstos no Código das Sociedades Comerciais e também tendo em atenção as disposições insertas no Estatuto do Revisor Oficial de Contas, mormente o veiculado no Decreto-Lei n.º 487/99, de 16 de Novembro, aditado pelo Decreto-Lei n.º 224/2008, de 20 de Novembro.

Âmbito

2. Procedemos à revisão legal desse Município e ao exame das suas contas relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2014, de acordo com as Normas e Recomendações Técnicas aprovadas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e com a profundidade considerada necessária nas circunstâncias. Em consequência do exame efetuado emitimos a respetiva certificação legal das contas com data de 08 de Abril de 2015.

Trabalhos Efetuados

De entre outros, executámos os seguintes procedimentos:

- Acompanhamento dos aspectos essenciais da gestão do Município, tendo para o efeito solicitado e obtido os esclarecimentos considerados necessários, quer com o responsável pela contabilidade da Câmara Municipal e também com o Chefe da Divisão Administrativa e Financeira, com quem fizemos reuniões periódicas para analisar o desempenho e determinados procedimentos relacionados com o controlo interno e com a evolução das operações.

- Apreciação da adequação e consistência das políticas contabilísticas adoptadas pelo Município tendo, neste particular, sido feitos testes à valorização dos diferentes elementos do ativo. Verificámos ainda a sua adequada divulgação, ou não, no Anexo.
 - Verificação da conformidade das demonstrações financeiras que compreendem o Balanço, a Demonstração dos Resultados, o respectivo Anexo, a Demonstração de Fluxos de Caixa e seu anexo e a Demonstração de Resultados por Funções, com as normas constantes no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais e demais normas contabilísticas aplicáveis.
 - Verificação da conformidade das demonstrações financeiras com os registos contabilísticos que lhes servem de suporte
 - Verificação da execução orçamental de acordo com o orçamento e plano aprovados e tendo em atenção as alterações e revisões orçamentais efetuadas.
 - Análise do cumprimento das obrigações de natureza contratual, designadamente as referentes ao P.A.E.L. e do plano de reequilíbrio financeiro.
 - Revisão do sistema de controlo interno existente no Município, com especial incidência nas áreas de aquisições de bens e serviços, recepção de compras, aquisições e abates de imobilizado, contas a pagar, cauções e garantias prestadas por terceiros, vendas e prestações de serviços (cobrança de taxas e licenças), expedição e contas a receber, contas de custos com o pessoal tendo sido efetuados os testes de conformidade apropriados.
 - Análise da informação financeira divulgada, tendo sido efetuados os testes substantivos seguintes, que considerámos adequados nas circunstâncias em função da materialidade dos valores envolvidos.
 - Tratamentos de todos os dados do Imobilizado extraídos da aplicação POCAL e Património, para efectuar a respetiva consonância de registos entre as duas aplicações.
- 2.1- Analisámos e realizámos testes às reconciliações bancárias apresentadas pelo Município;
- 2.2- Confirmação directa e por escrito junto de terceiros (bancos, fornecedores, outros devedores e credores, contencioso, seguradoras) dos saldos das contas, responsabilidades e garantias prestadas ou obtidas, análise e teste das reconciliações subsequentes preparadas pelo Município, tendo sido utilizados procedimentos alternativos nos casos em que não foi possível obter resposta;



- 2.3- Teste as operações de inventariação física das existências,
- 2.4- Inspeção documental dos principais elementos do imobilizado corpóreo, designadamente das aquisições efectuadas no decurso do exercício, confirmação directa da titularidade dos bens sujeitos a registo e dos eventuais ónus ou encargos incidentes sobre tais;
- 2.5- Análise e teste dos vários elementos de custos, proveitos, perdas e ganhos registados no exercício, com particular atenção ao seu balanceamento, deferimento e acréscimo;
- 2.6- Análise das situações justificativas da constituição de ajustamentos para redução de ativos, para passivos ou responsabilidades contingentes ou para outros riscos;
- 2.7- Verificação das situações relacionadas com o cumprimento da legalidade e da entrega das retenções de impostos e contribuições às Entidades competentes;
- 2.8- Apreciação da política de seguros do imobilizado e do pessoal, incluindo a atualização dos capitais seguros;
- 2.9- Verificação do cumprimento das normas legais aplicáveis, nomeadamente, em matéria de empreitadas e fornecimentos de bens e serviços.
- 2.10- Verificação do cumprimento das normas legais aplicáveis, à assunção da despesa.
- 2.11- Verificação da facturação emitida nas diversas aplicações correlacionado os dados comunicados via Efatura e declarações periódicas de IVA.

Informações/Anotações da auditoria e revisão das contas

3. Em consequência do trabalho efetuado, e para além dos aspectos referidos na certificação legal das contas datada de 08 de Abril de 2015, entendemos dever relatar o seguinte:

3.1 Sistema de controlo interno

- Do acompanhamento que fizemos quanto à evolução do sistema de controlo interno anotamos as seguintes situações:

- i. Como já anotámos nos relatórios anteriores, relativamente às disponibilidades, verificámos que o Caixa não funciona através de um fundo fixo. Apesar do manual de procedimentos estabelecer que o valor em Caixa não deve ultrapassar € 6.000,00, verifica-se não existir cumprimento e controlo sobre essa disposição, o que faz com que os valores em Caixa não tenham uma definição rigorosa quanto ao montante que deve ser considerado como fundo fixo. O numerário e os valores suportados em documentos que integram o Caixa e que estão sob a responsabilidade do Tesoureiro não estão sujeitos a contagens físicas efetuadas com carácter periódico e de surpresa, ou seja, parece só haver evidência de contagens físicas ao Caixa apenas aquando do encerramento das contas de cada ano económico, no final e no início do mandato do órgão executivo ou do órgão que o substitui e quando há substituição do Tesoureiro. Somos da opinião que as contagens físicas ao Caixa deveriam ser efetuadas, pelo menos, trimestralmente e, além disso, deveriam ser lavrados termos de contagem dos montantes sob responsabilidade do Tesoureiro, devidamente assinados pelos seus intervenientes, isto, para além, de como estipula o manual de procedimentos e de controlo interno dever existir um fundo fixo de caixa sujeito a conferências e a reposições de carácter mensal;
- ii. Verificámos que os cheques são preenchidos na Tesouraria, depois de confirmado o meio de pagamento a adoptar, recolhendo-se posteriormente a assinatura de um outro interveniente na movimentação da conta bancária, quando o procedimento correcto seria que os mesmos fossem emitidos na secção da contabilidade, conjuntamente com a respetiva ordem de pagamento, sendo, depois, remetidos à Tesouraria para pagamento, após serem devidamente subscritos (assinados) pelo Presidente da Câmara, Vice-presidente ou Vereador com delegação de competências;
- iii. À semelhança do que dissemos em relatórios anteriores a elaboração das reconciliações bancárias é efectuada pelo Tesoureiro que tem acesso às contas correntes, o que consubstancia uma incompatibilidade de funções (as reconciliações bancárias não devem ser feitas por quem paga e recebe). Preferencialmente, e tendo em atenção as disposições sobre a eficácia do controlo interno, sugere-se que as reconciliações bancárias sejam elaboradas por um funcionário que não pertença à Tesouraria e que na contabilidade não tenha acesso às contas correntes, o que naturalmente exige a definição de acessos informáticos;

- iv. Com relação à área dos stocks/existências, através dos testes realizados aquando da inventariação física, verificámos que o sistema de controlo interno não dá garantia de ser capaz de detetar uma utilização inadequada dos ativos em armazém nem uma eficaz salvaguarda da sua integridade. Os movimentos de mercadorias e de matérias-primas não são todos controlados pelo armazém, indo alguns directamente para as obras, o que, naturalmente, fragiliza os mecanismos de controlo físico dos inventários. Por outro lado não se encontra implementado o sistema de inventário permanente o que converge para tornar ainda mais vulnerável o controlo sobre as existências em armazém.
- v. Tal como referimos, em muitas situações, os materiais, ainda que requisitados pelo armazém são transferidos directamente para a obra pelo fornecedor. Tal operação não é objecto de registo no armazém que, se houver sobras, não regista qualquer entrada porque também não houve registo de qualquer saída. Por tais factos, não é possível a mensuração dos ativos "existências", nem enquanto matérias-primas e subsidiárias, nem no que respeita à valorização dos produtos e trabalhos em curso. Aquando das contagens verificamos a existência de diversos artigos com elevado número de stock mas com reduzida rotação;
- vi. Ainda em relação às existências, verificámos que os serviços de armazém do Município não procedem à inventariação física das existências de forma regular, sendo apenas realizado o inventário no final do exercício. Tal situação contribui para fragilizar os mecanismos de controlo das quantidades em stock, ao contrário do que menciona o manual de procedimentos que aponta para a necessidade de um controlo permanente e sistemático dos stocks.
- vii. Pese embora as anotações a que já aludimos em relatórios anteriores, nos ativos produzidos, construídos ou valorizados por Administração Directa (executados com meios do Município) somente são afectos à sua valorização os consumos de materiais não lhes sendo imputados os consumos de mão-de-obra, equipamentos e os outros gastos gerais que são suportados. Tal facto traduz-se numa subavaliação desses ativos e numa idêntica subvalorização do resultado do exercício;
- viii. No que concerne ao controlo do imobilizado registamos o facto da Secção do Património continuar a não proceder à verificação física periódica dos bens do ativo imobilizado, de modo a controlar a permanência e integridade desses bens em poder do Município. Com efeito, o imobilizado é uma área com grande significado e, nessa conformidade, implica a existência de medidas de controlo interno específicas, que garantam a fiabilidade dos



- valores constantes nas contas do Município e a integridade dos bens registados e que são propriedade do Município.
- ix. A gestão do imobilizado, designadamente, no que se refere aos seus custos de manutenção, requer um sistema de informação sujeito a permanente atualização e, ainda, complementado com um controlo físico efetuado por amostragem ao longo do exercício.
- x. Reiteramos para o facto do Município:
- Não possuir folhas de abate/transferência de bens classificados como imobilizado devidamente atualizadas;
 - Não possuir projetos de execução de obras por administração directa, implicando o seu não reconhecimento e valorização e, também, a falta de registo contabilístico dos trabalhos efetuados pela própria entidade;
- xi. De acordo com o estabelecido no Regulamento Municipal de Inventário e Cadastro todos os bens deveriam estar etiquetados, o que não se verifica. De referir que verificámos a existência de alguns bens etiquetados. Porém, as “folhas de carga” não estão de acordo com o conteúdo de cada compartimento, ou seja, não são atualizadas com as alterações eventualmente ocorridas (aquisição, alienação ou substituição de bens);
- xii. Anotamos, também, o facto de, não obstante o ponto 2.8.3. do POCAL estabelecer a obrigatoriedade de implementar o sistema de contabilidade analítica, o mesmo se encontrar em fase de implementação, e sobre o qual anotamos as seguintes aspetos:
- Apenas os custos com matérias-primas estão a ser imputados diretamente às funções,
 - A aplicação de máquinas esta configurada mas os serviços não estão a imputar esses custos diretamente,
 - O custo hora da mão-de-obra está calculado mas também não esta a ser imputado às atividades.
 - Todos os serviços estão configurados na aplicação de gestão de actividades.

3.2. Definição da Materialidade

O nosso trabalho foi planeado com base na avaliação de um risco de controlo médio, ponderadas todas as componentes do controlo interno e a sua influência no risco de controlo global. Tendo por base os valores descritos no quadro abaixo, os quais foram retirados das



demonstrações financeiras de 2013, ajustámos a materialidade global em € 476.000 e a materialidade de execução em € 309.000.

	31-12-2013
Volume de Negócios	2.955.369
Total do Activo	68.162.611
Total do Activo Líquido	47.242.649
Resultado Líquido do Exercício	972.124
Total dos Gastos e Perdas	9.425.558
Total dos Rendimentos e Ganhos	10.397.682

3.3 Notas sobre os trabalhos efetuados e respetivas conclusões

1 – Disponibilidades

11 – Caixa

Em relação à tesouraria foram feitos testes de verificação dos saldos das folhas do Caixa e não detetámos qualquer divergência entre os valores inscritos nos registos e os valores em cofre que, de resto, validámos através de procedimentos analíticos feitos à data a que nos foi possível efetuar esses testes.

Esta rubrica apresenta, a 31 de Dezembro, um saldo no valor de € 4.391,91.

12 – Depósitos em Instituições Financeiras

O Município prepara reconciliações bancárias para todas as contas de Depósitos em Instituições Financeiras. O saldo global desta rubrica ascende a € 1.777.589,10.

Procedemos à circularização de todas as Instituições Bancárias com quem o Município tem operações activas. Das 6 entidades circularizadas (BES, Millenium BCP, Santander Totta, C.G.D., Crédito Agrícola e Montepio.) obtivemos resposta de 5 entidades, perfazendo 96% do saldo global.

O trabalho desenvolvido consistiu em testes de conformidade e de verificação substantiva das reconciliações bancárias preparadas pelo Município o que nos permitiu concluir que as 6 (seis) contas bancárias estão adequadamente conciliadas.

Em relação às contas nos bancos “121 –Novo Banco (ex-BES)” e “124 – CGD”, verificámos que existem abertas duas e quatro contas bancárias em cada banco,

Fernando Peixinho & José Lima
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

respetivamente. Todavia, na contabilidade apenas figura uma conta. Não obstante, reconciliámos, individualmente, cada uma das contas bancárias. Somos da opinião que, na contabilidade, deveriam ser criadas contas divisionárias de acordo com o número de contas bancárias que o Município tem em cada Instituição Bancária de modo a cada uma delas refletir somente os movimentos que efectivamente lhe dizem respeito.

Em síntese, temos:

Ind.	Conta de Razão Nº	Conta Bancária Nº	Banco Dependência	Saldo Extracto Banco	Items de Reconciliação						Diferença	Saldo pelo Razão em 31-12-14
					Empresa			Banco				
					Depósitos e transferências em trânsito	Cheques em trânsito	Débito não lançado no Banco	Crédito não lançado no Banco	Débito não lançado na Contabil.	Crédito não lançado na Contabil.		
1	1211	0007/0000960009	BES	73.108,11 €					171,78 €		0,00 €	73.279,89 €
2	1211	0007/00006440007	BES	0,00 €							0,00 €	0,00 €
3	1231	0033/00004304306	MILLENNIUM BCP	45.190,55 €							0,00 €	45.190,55 €
4	1231	0018/283485270001	SANTANDER TOTTA	41.089,07 €			220,41 €				0,00 €	40.868,66 €
5	1241	0035/00000112630	CGD	834.499,11 €		237.112,51 €			588,80 €	2.263,28 €	0,00 €	595.712,12 €
6	1241	0085/00000787630	CGD	307.589,98 €		770,00 €					0,00 €	306.819,98 €
7	1241	0085/00013638230	CGD	351.051,33 €							0,00 €	351.051,33 €
8	1241	0085/00013723030	CGD	159.457,88 €							0,00 €	159.457,88 €
9	1251	0045/40106768421	CCAM	195.669,52 €							0,00 €	195.669,52 €
10	1261	0036/99101444249	MONTEPIO	9.715,48 €			176,31 €				0,00 €	9.539,17 €
				2.017.371,03 €	0,00 €	237.882,51 €	0,00 €	396,72 €	760,58 €	2.263,28 €	0,00 €	1.777.589,10 €

Do teste de seguimento aos itens de reconciliação bancária verificámos a existência de cheques não descontados no banco com antiguidade superior a um ano, tendo sido detetados 220,41 € no Santander Totta, 8.129,91€ na CGD – 112630 e 176,31 € no Montepio.

Conforme referenciámos no relatório de 2013, continua-se a verificar a existência de duas garantias no Novo Banco, no montante total de 142.157,40 € e quatro garantias na Caixa Geral de Depósitos, no valor global de 20.125,41 €, as quais se encontram devidamente divulgadas no anexo.

2 – Terceiros

21 - Clientes

A rubrica de clientes não apresenta um saldo com materialidade significativa e o facto de serem, na sua quase totalidade, sujeitos individuais impossibilitou-nos de procedermos ao teste de circularização de saldos para a obtenção da evidência sobre o saldo em dívida.

No entanto, efetuámos os procedimentos analíticos às contas correntes dos principais devedores de modo a obtermos um grau de segurança aceitável sobre os valores constantes na informação financeira relatada. Acresce que, da análise e avaliação que fizemos ao controlo interno à área dos clientes, ficámos com a convicção que os procedimentos de controlo funcionam e permitem obter uma segurança razoável sobre os valores relevados.

No que respeita a rubrica “217 – Cliente e utentes c/cauções” da análise efetuada aos saldos seleccionámos 16 com materialidade mais significativa, quer ao nível dos saldos quer dos

Fernando Peixinho & José Lima
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

movimentos. Nessa conformidade, foram enviadas cartas acompanhadas da conta corrente emitida a partir dos livros e registos e foi pedido a cada uma dessas entidades credoras que nos respondesse a confirmar o saldo, ou não, e que nos enviasse a conta corrente emitida pela sua contabilidade.

Dessas 16 entidades, não obstante terem sido feitas várias insistências para que nos fosse respondida a nossa carta e enviada a conta corrente, responderam 5, conferindo as 5.

Das 11 entidades de que não obtivemos resposta usámos procedimentos alternativos de auditoria apesar de, mesmo assim, não termos obtido a evidência considerada necessária para formarmos opinião sobre a razoabilidade do saldo relevado na contabilidade e que ascende ao montante global de € 17.535,10. A 31 de Dezembro a conta apresenta um saldo de € 53.256,31 registando um decréscimo de € 8.599,50 em relação ao ano anterior.

Quadro das entidades circularizadas

Indexação	N.º Conta	Término	Nome	Saldo Circ.	Resposta	Diferença	C.	Situação
1	2174	223	GILBERTO FRANCISCO LUIS	-1.488,00 €	-1.488,00 €	0,00 €	1	CONFERE
2	2174	977	VIVADOURO CONSTRUÇÕES LDA	-1.300,00 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU
3	2174	1178	JOSE BERNARDINO PERA	-1.705,00 €	-1.705,00 €	0,00 €	1	CONFERE
4	2174	1291	ESTALAGEM ST. CATARINA LDA	-2.570,00 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU
5	2174	1432	JOSE AUGUSTO JORGE	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1	CONFERE
6	2174	1437	VITORCEL CONSTRUÇÕES LIMITADA	-1.655,00 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU
7	2174	1612	CARLOS AFONSO-CONSTRUÇÕES UNIPESSOA Lda	-867,10 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU
8	2174	1858	MANUEL JOSÉ MEIRINHOS	-1.134,00 €	-1.134,00 €	0,00 €	1	CONFERE
9	2174	1936	MARIA NATÁLIA TERESINHO A FONSECA LOPES	-1.075,00 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU
10	2174	2327	EDUARDO ANTONIO FERNANDES	-1.100,00 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU
11	2174	2560	CARLOS HELDER MARCOS MARTINS	-1.150,00 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU
12	2174	2840	PERA E RODRIGUES LDA	-5.115,00 €	-5.115,00 €	0,00 €	1	CONFERE
13	2174	3100	EDUARDO PRES PRETO	-1.850,00 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU
14	2174	3227	OLHAR O PRESNO, Lda	-3.100,00 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU
15	2174	3422	GESTIDELCURA-SOCIEDADE AGRICOLA, LDA	-1.263,00 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU
16	2174	3481	JOSE ANTONIO RODRIGUES	-1.488,00 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU

De notar que a rubrica “21.8 – Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa” apresenta um saldo no valor de € 20.638,06, cujas dívidas são referentes a rendas (bares), fornecimento de água e taxas referentes a painéis publicitários. Deste saldo, e de acordo com o POCAL, encontram-se provisionados € 19.889,15.

O valor da rubrica “21 – Clientes/Contribuintes/Utentes” ascende a € 10.434,77.

22 - Fornecedores

Da análise a que procedemos aos saldos das contas de fornecedores seleccionámos 6 com materialidade mais significativa, quer ao nível dos saldos quer dos movimentos. Nessa conformidade foram enviadas cartas acompanhadas da conta corrente emitida a partir dos livros e registos e foi pedido a cada uma dessas entidades credoras que nos respondesse a confirmar o saldo, ou não, e que nos enviasse a conta corrente emitida pela sua contabilidade.



Fernando Peixinho & José Lima
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Dessas 6 entidades, não obstante terem sido feitas várias insistências para que nos fosse respondida a nossa carta e enviada a conta corrente, responderam 4. Dessas 4 entidades validámos, através da conferência 2 e verificámos a conciliação relativa às restantes.

Das 2 entidades de que não obtivemos resposta usámos procedimentos alternativos de auditoria apesar de, mesmo assim, não termos obtido a evidência considerada necessária para formarmos opinião sobre a razoabilidade do saldo relevado na contabilidade, todavia o mesmo não é materialmente relevante.

Quadro das entidades circularizadas

Indexação	N.º Conta	Terceiro	Nome	Saldo Circ.	Resposta	Diferença	C.	Situação
1	221	31	ASSOC. BOMBEIROS VOLUNT. MIRANDA DO DOURO	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1	CONFERE
2	221	280	AUGUSTO RESSURREIÇÃO MATOS RODRIGUES	0,00 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU
3	221	346	COMPANHIA DE SEGUROS FIDELIDADE SA	684,04 €	0,00 €		6	NÃO RESPONDEU
4	221	347	ANTONIO AUGUSTO SANTOS LDA	93.888,97 €	0,00 €	93.888,97 €	2	CONCILIADO
5	221	1486	RESIDUOS DO NORDESTE, EM	172.896,45 €	36.419,43 €	136.477,02 €	2	CONCILIADO
6	221	3474	JOAO MATA, LDA	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1	CONFERE

Resumo de Circularizações

RESUMO DOS RESULTADOS DA CIRCULARIZAÇÃO	QUANTIDADE		VALOR		% T.BALANCETE DEZ. ANO N
	Nº	% CIRC.	EUROS	% CIRC.	
RESPOSTAS CONCORDANTES	2	33%	0	0%	0,00%
RESPOSTAS DISCORDANTES	2	33%	266.785	100%	92,38%
- Valores Comprovados	2	33%	266.785	100%	92,38%
- Valores Não Comprovados	0	0%	0	0%	0,00%
RESPOSTAS NÃO OBTIDAS	2	33%	694	0%	0,24%
- Valores Comprovados	2	33%	694	0%	0,24%
- Valores Não Comprovados	0	0%	0	0%	0,00%
COBRANÇAS DUVIDOSAS	0	0%	0	0%	0,00%
TOTAIS	6	100%	267.479	100%	92,62%

RESUMO GLOBAL em 31/DEZ.	QUANTIDADE		VALOR	
	Nº	%	EUROS	%
TOTAL CIRCULARIZADO	6	2%	267.479	93%
TOTAL NÃO CIRCULARIZADO	315	98%	21.303	7%
TOTAL	321	100%	288.783	100%

Em suma, com relação à rubrica global de fornecedores, obtivemos a evidência considerada necessária nas circunstâncias podermos ter um nível de segurança razoável sobre o valor constante nos registos, no que concerne às asserções mensuração e plenitude.

23 - Empréstimos obtidos

Em relação aos empréstimos obtidos verificámos que houve uma diminuição do saldo em dívida que passou de € 8.063.206,33, em 31 de Dezembro de 2013, para € 6.932.868,37 em 31 Dezembro de 2014.

Procedemos à circularização de saldos das Instituições de Crédito com as quais o Município tem financiamentos em curso (C.G.D., Millenium BCP, BES, CCA e Direção Geral do Tesouro). Das cinco entidades circularizadas só não obtivemos resposta do Novo Banco.

De acordo com os registos contabilísticos confirmámos a existência de dezoito linhas de crédito (empréstimos bancários de curto e de médio e longo prazo), das quais, as de curto prazo, se venceram e foram liquidadas no decurso do exercício de 2014. Verificámos a concordância dos registos contabilísticos através da execução de testes de conformidade e de verificação substantiva, o que nos permitiu concluir que todas as linhas de crédito têm a situação regularizada, ou seja, cumpridas tempestivamente as obrigações de liquidação do serviço da dívida (amortizações de capital e juros), com a exceção dos empréstimos nº 9015/000115/387/0027, nº 9015/000115/387/0035, nº 9015/000115/387/0043, nº9015/000115/387/0051 e nº9015/000115/387/0078, nos quais detetámos uma diferença global de € 10.980,91 que advém de exercícios anteriores e da qual não nos foi possível obter a evidência substantiva necessária.

No quadro seguinte apresenta-se o resultado do teste de verificação dos empréstimos em curso:

Conta	Saldo em 31-12-2014	Resposta Banco	Difª
2312111115	299.006,76 €	299.006,76 €	0,00 €
2312111128	284.166,66 €	284.166,66 €	0,00 €
2312111129	0,00 €	0,00 €	0,00 €
2312111130	1.126.216,96 €	1.126.216,96 €	0,00 €
2312111203	129.312,42 €	129.312,42 €	0,00 €
2312111204	154.817,47 €	154.817,47 €	0,00 €
2312111302	147.727,27 €	147.727,27 €	0,00 €
2312111401	1.126.216,96 €	1.126.216,96 €	0,00 €
2312112118	31.272,15 €	27.694,77 €	-3.577,38 €
2312112119	15.243,62 €	13.499,83 €	-1.743,79 €
2312112120	17.494,62 €	17.494,62 €	0,00 €
2312112121	14.141,32 €	12.523,62 €	-1.617,70 €
2312112122	19.356,35 €	17.142,08 €	-2.214,27 €
2312112123	15.977,66 €	14.149,89 €	-1.827,77 €
2312112124	109.411,42 €	109.411,42 €	0,00 €
2312112125	230.384,30 €	230.384,30 €	0,00 €
2312311101	1.400.400,00 €	1.400.400,00 €	0,00 €
2312311103	1.811.722,43 €	1.811.722,43 €	0,00 €
	6.932.868,37 €	6.921.887,46 €	-10.980,91 €

A 31 de Dezembro de 2014 os empréstimos bancários em termos da dívida total do Município representam 88% da dívida total do município.

De acordo com o mapa enviado pelo Município para DGAL através do portal Autárquico - SIIAL (Sistema de Informação Integrado de Autarquias Locais) apresenta uma margem disponível, por utilizar, de € 2.145.003, pese embora apenas só poder usar no exercício económico subsequente 20% da margem disponível nos termos previstos na alínea b) do n.º 3 do art.º 52.º da Lei 73/2013, de 03 de Setembro.

24 - Estado

Esta rubrica inclui as relações financeiras do Município com o Estado e Segurança Social, nomeadamente, no que concerne à retenção de impostos e às contribuições resultantes do pagamento de remunerações (Seg. Social, ADSE e C.G.A.).

Em relação às rubricas referentes à conta 24 – Estado e Outros Entes Públicos não detetámos nenhuma divergência entre o valor registado na contabilidade e o valor das guias que serviram de pagamento aos diferentes tributos. As contribuições e impostos retidos têm sido pagos, pontualmente, dentro do prazo previsto na lei.

No que concerne à contribuição da Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações, chamamos atenção para o facto do registo das contribuições a cargo da entidade ser efetuado aquando do pagamento, ou seja, a 31 de Dezembro tais valores não aparecem relevados na conta 245 – XXXX, o que se verifica apenas em Janeiro de 2014. Estimamos que as contribuições, a cargo do Município, relativas à Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações, sejam no mês de Dezembro de € 8.505,14 e € 29.488,49, respetivamente. Tal situação deverá ser corrigida na medida em que constitui uma desconformidade nos termos da normalização contabilística aplicável.

Chamamos a atenção para o facto de existir uma diferença, no valor de € 31,01, entre a declaração periódica de IVA e o extrato contabilístico, a qual já permanece há alguns exercícios, ou seja, antes de termos assumido funções de revisão/auditoria às contas do Município. Tal diferença deverá ser objeto de regularização.

Verificámos que ao longo do exercício de 2014 o Município teve sempre IVA a recuperar, tendo fechado o ano com um reporte no valor de € 90.163,91, sem que tenha procedido ao pedido do seu reembolso.

Fernando Peixinho & José Lima
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

25 – Devedores e Credores pela Execução do Orçamento

Em relação à conta 25 – Devedores e credores pela execução do orçamento, procedemos à verificação documental, baseada numa amostra considerada significativa, a processos de despesa, ou seja, o nosso trabalho incidu na verificação da rubrica 25.2 – Credores pela execução do orçamento. O trabalho realizado nesta área baseou-se, essencialmente, na verificação da classificação económica, patrimonial e de todo o processo que acompanha a realização da despesa, nomeadamente, no que se refere à sua autorização (verificação da existência de fundos disponíveis), ao seu cabimento e compromisso.

Da análise documental efectuada não verificámos incumprimento no que concerne as fases da despesa.

26 - Outros devedores e credores

Da análise a que procedemos aos saldos das contas de entidades credoras, inscritas na rubrica geral de “outros devedores e credores”, seleccionámos 22 com materialidade mais significativa, quer ao nível dos saldos quer dos movimentos.

Nessa conformidade foram enviadas cartas acompanhadas da conta corrente emitida a partir dos livros e registos e foi pedido a cada uma dessas entidades credoras que nos respondesse a confirmar o saldo e nos enviasse a respetiva conta corrente.

Dessas 22 entidades, não obstante terem sido feitas várias insistências para que nos fosse respondida a nossa carta e enviada a conta corrente, responderam 10. Destas 10 entidades conferem 5 e foi possível conciliar 5.

Quadro das entidades circularizadas

Indexação	N.º Conta	Terceiro	Nome	Saldo C/rt.	Resposta	Diferença	C.	Situação
1	26121	3440	JOSE ANTONIO PARENTE, LDA	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1	CONFERE
2	26611	8	INERTIL SOCIEDADE PRODUTORA INERTES LDA	194.080,87 €	52.912,02 €	141.168,85 €	2	CONCILIADO
3	26611	9	JAIIME NOGUEIRA & FILHOS LDA	7.226,05 €	0,00 €		5	NAO RESPONDEU
4	26611	12	E.T.E.-EMPRESA TELECOM ELETRICIDADE LDA.	10.218,12 €	0,00 €	10.218,12 €	2	CONCILIADO
5	26611	13	MARIO HENRIQUES FERRERA, LDA	6.823,82 €	0,00 €		5	NAO RESPONDEU
6	26611	14	CEGM - SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES LDA	10.185,41 €	0,00 €		5	NAO RESPONDEU
7	26611	15	SILVA & PRETO, LDA	6.017,25 €	6.017,25 €	0,00 €	1	CONFERE
8	26611	297	CONSTRUÇÕES JOAQUIM B.FERRERA LDA	8.750,71 €	0,00 €		5	NAO RESPONDEU
9	26611	1720	FRANCISCO DA TRINDADE MATEUS	3.758,05 €	6.249,75 €	-2.491,70 €	2	CONCILIADO
10	26611	1731	SOLFREL, LDA	5.277,81 €	0,00 €		5	NAO RESPONDEU
11	26611	1780	ANDRTE - CONSTRUÇÃO E ENGENHARIA LDA	3.843,83 €	0,00 €		5	NAO RESPONDEU
12	26611	2661	JOSE BRITO & AUGUSTO CONSTRUÇÕES LDA	7.382,08 €	0,00 €		5	NAO RESPONDEU
13	26611	2758	MULTINORDESTE MULTIF CONSTR ENGENH CIVIL SA	5.855,53 €	0,00 €		5	NAO RESPONDEU
14	26611	2761	SINCOF-SOC INDUSTRIAL DE CONSTRUÇÕES FLAVIENSES	6.706,77 €	6.706,77 €	0,00 €	1	CONFERE
15	26611	2957	ANTONIO RODRIGUES & FILHOS, LDA	3.980,71 €	0,00 €		5	NAO RESPONDEU
16	26611	3062	MANUEL ANTONIO FERRERA DE CARVALHO & FILHOS, LD.	12.115,83 €	27.913,23 €	-15.397,39 €	2	CONCILIADO
17	26611	3355	ANTEROS - ENP.SOC.CONSTRUÇÃO E OBRAS PUBLICAS, S	24.405,00 €	24.405,00 €	0,00 €	1	CONFERE
18	26611	3396	FESAPI, RECONSTRUÇÃO, LDA	31.212,75 €	0,00 €		5	NAO RESPONDEU
20	26692	3414	BAIULA - SUPERMERCADOS, LDA	0,00 €	0,00 €		5	NAO RESPONDEU
21	268411	3181	ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DOURO SUPERIOR	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1	CONFERE
22	2684311	1466	RESÍDUOS DO NORDESTE IEM	0,00 €	36.418,43 €	-36.418,43 €	2	CONCILIADO

Resumo de entidades circularizadas

RESUMO DOS RESULTADOS DA CIRCULARIZAÇÃO	QUANTIDADE		VALOR		% T.BALANCETE DEZ. ANON
	Nº	% CIRC.	€UROS	% CIRC.	
RESPOSTAS CONCORDANTES	5	24%	37.132	11%	9,05%
RESPOSTAS DISCORDANTES	5	24%	220.173	64%	53,68%
- Valores Comprovados	5	24%	220.173	64%	53,68%
- Valores Não Comprovados	0	0%	0	0%	0,00%
RESPOSTAS NÃO OBTIDAS	11	52%	88.618	26%	21,60%
- Valores Comprovados	1	5%	0	0%	0,00%
- Valores Não Comprovados	10	48%	88.618	26%	21,60%
COBRANÇAS DUVIDOSAS	0	0%	0	0%	0,00%
TOTAIS	21	100%	345.923	100%	84,34%

RESUMO GLOBAL em 31/DEZ.	QUANTIDADE		VALOR	
	Nº	%	€UROS	%
TOTAL CIRCULARIZADO	21	66%	345.923	84%
TOTAL NÃO CIRCULARIZADO	11	34%	64.251	16%
TOTAL	32	100%	410.174	100%

Não obstante termos procedido ao teste de circularização de saldos das contas de "Outros Devedores e Credores" (essencialmente constituídos por empresas prestadoras de serviços de empreitadas de obras públicas) obtivemos um reduzido número de respostas o que, mesmo utilizando procedimentos alternativos de auditoria, não nos permitiu obter a evidência necessária para formarmos opinião sobre a razoabilidade de saldos no valor global € 88.618.

Face às circunstâncias descritas damos com obtida evidência para formação da nossa opinião sobre a razoabilidade dos saldos de fornecedores / outros credores, designadamente quanto à verificação da asserção mensuração e existência.

27 - Acréscimos e Diferimentos

Em relação a esta rubrica, verificámos todos os procedimentos de especialização de exercícios, nomeadamente as suas estimativas e respetiva consistência.

Rubrica	Descrição	31-12-2013	31-12-2014	Desvio €	Desvio %
27	ACRESCIMOS E DIFERIMENTOS	-4.474.984,30	-5.531.280,02	-1.056.295,72	23,6%
271	Acrescimos de proveitos	870.287,83	716.730,61	-153.557,22	-17,6%
2719	Outros acrescimos de proveitos	870.287,83	716.730,61	-153.557,22	-17,6%
272	Custos deferidos	1.634,92	12.995,79	11.360,87	694,9%
273	Acrescimos de custos	-350.629,74	-374.501,06	-23.871,32	6,8%
2732	Renumeracoes a liquidar	-335.700,00	-343.439,26	-7.739,26	2,3%
2733	Juros a liquidar	-14.929,74	-13.151,22	1.778,52	-11,9%
274	Proveitos diferidos	-4.996.277,31	-5.886.505,36	-890.228,05	17,8%
2745	Subsídios para investimentos	-4.996.277,31	-5.886.505,36	-890.228,05	17,8%



Acréscimos de Proveitos

Esta rubrica apresenta um saldo de € 716.730,61, desagregado da seguinte forma: € 672.857,92 referente à estimativa da coleta do imposto Municipal sobre Imóveis, € 12.072,78 do imposto único de Circulação e € 31.799,91 do imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis, referentes a 2014 e cobrados em 2015. Conforme se pode verificar pelo quadro acima face ao período homólogo existe uma diminuição de € 153.557,22, sendo explicado na maior parte pelo recebimento em dezembro da renda do 4º trimestre decorrente da concessão das barragens à EDP, montante que em 2013 foi de € 106.492,16.

Custos Diferidos

O saldo desta rubrica diz respeito aos prémios de seguro em que o período de cobertura vai para lá do fim do exercício de 2014.

Acréscimos de Custos

Esta rubrica evidencia os custos a imputar ao próprio exercício e cuja despesa só ocorre em 2015, ainda que não tenham documentação vinculativa. O Município considerou nesta rubrica as remunerações e respectivos encargos sociais devidas por motivo de férias, subsídio de férias, e juros a liquidar.

Proveitos Diferidos

Nas contas do Município, nesta rubrica, encontram-se reflectidos os saldos dos subsídios de investimento correspondentes a investimentos em ativos imobilizados corpóreos e em bens de domínio público.

29 – Provisões

Do teste de circularização efetuado ao advogado/jurista, verificámos a existência de diversos processos interpostos contra o Município. O valor global desses processos ascende a € 1.919.534,80, tendo sido efetuado um reforço de provisão de € 49.891,00 e uma reversão de € 265.590,96, conforme quadro abaixo.



Fernando Peixinho & José Lima
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Processo nº	Autor	Rea	Tribuna/Entidade	Valor de Acção/Córcula €	Inicial	Ampliação	Reforo	Constituição	Final
254/11.5 BMDL	António Alberto M. Nunes	Município	Tribunal Ad. E Fiscal de Mirandela	20.000,00 €	20.000,00 €				20.000,00 €
350/11.9 BEMDL	Carlina Bárbara Pinto	Município	Tribunal Ad. E Fiscal de Mirandela	5.486,04 €	5.486,04 €	4.386,04 €			1.100,00 €
251/07.5BEMDL	STAL em representação de: Cândida Brandão, Maria Cristal	Município	Tribunal Judicial Comarca da Mirandela do Douro	Indeterminável					- €
58-A/99	Alfredo Jacinto e outros	Município		Indeterminável	23.510,00 €				23.510,00 €
164/12,0 - BMDL	Jaime Nogueira e Filhos, Lda	Município	Tribunal Ad. E Fiscal de Mirandela	259.954,92 €	259.954,92 €	259.954,92 €			- €
2067/2008	ARH	Município	ARH	60.000,00 € - 70.000,00 €	60.000,00 €				60.000,00 €
002451/11/UA-345102	IGAOT	Município	IGAOT	38.500,00 € - 70.000,00 €	38.500,00 €				38.500,00 €
1759272D12	ERSAR	Município	ERSAR	1.250,00 € - 25.000,00 €	1.250,00 €	1.250,00 €			- €
94/2010	ICNB	Município	ICNB	200.000,00 € - 2.144.890,00 €	200.000,00 €				200.000,00 €
Injunção 135254/13,7 MPAT		Município	Jaime Nogueira & Filhos, Lda	76.882,84 €	76.882,84 €				76.882,84 €
21910/2014	Esar - Entidade reguladora dos Serviços de Água	Município	ERSAR	2.500,00 € - 44.890,00 €	- €			22.445,00 €	22.445,00 €
20729/2013	Esar - Entidade reguladora dos Serviços de Água	Município	ERSAR	2.500,00 € - 44.890,00 €	- €			22.445,00 €	22.445,00 €
25/2014,9 BEMDL	STAL - Sindicato dos Trabalhadores do Administração Local	Município	Tribunal Ad. E Fiscal de Mirandela	5.001,00 €	- €			5.001,00 €	5.001,00 €
TOTAL (M44)				1.919.534,60 €	682.883,80 €	265.580,95 €	- €	49.891,00 €	467.183,84 €

3 - Inventário/Existências

Verificámos que a existência de registo dos materiais que se destinam às obras, sendo elaborada, para cada obra, uma folha de obra para registar os consumos do armazém.

De notar que a não relevação das aquisições de existências que se encontram em armazém, assim como das obras em curso realizadas por administração directa, se traduz numa subvalorização do ativo e do capital próprio do Município. Pese embora o Município tenha implementada a contabilidade de custos, não se encontra totalmente em funcionamento conforme referimos no ponto 3.1 alínea g).

Procedemos à comparação dos valores registados na contabilidade com o mapa gerado pela aplicação do aprovisionamento, designadamente, o mapa que nos fornece informação sobre as existências finais, por conta e por artigo. Dessa análise não detetámos distorções materialmente relevantes, pelo que damos como verificada a asserção da mensuração existência e respetiva valorização.

Relativamente ao teste às contagens físicas chamamos a atenção para os seguintes aspectos:

- Não existe um manual de inventário;
- Relativamente aos materiais (cimento, areia, tijolos, etc), verificámos que vai directamente para as obras por administração directa, sem que haja um controlo rigoroso (registo de armazém, ou seja, entrada/saída);
- Da confirmação que fizemos às contagens realizadas verificamos a existência de determinados artigos com elevadas quantidades mas com reduzida rotação de stock.

Fernando Peixinho & José Lima
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

A 31 de Dezembro de 2014 a rubrica "36 – Matérias-primas, Subsidiárias e de Consumo"- possui um saldo de € 94.837,98.

4 – Imobilizado

41- Investimentos Financeiros

Durante o exercício de 2014 esta rubrica registou um aumento de € 543.598,18, da obrigatoriedade da subscrição no capital do FAM (Fundo de Apoio Municipal) nos termos n.º 4 do art.º 17 da Lei n.º 53/2014, de 25 de Agosto. Acrescenta ainda que esta situação não coloca em causa a comparabilidade, pelo facto de não relevar para efeitos de cálculo do limite da dívida total de acordo com a circular informativa do SATAPOCAL (emitida em Março 2015).

Investimentos Financeiros
Resumo do movimento Anual

N.º	Conta do Razão Descrição	Índice de Referência	Saldo Razão em 31-12-2013	Movimentos			Saldo Razão em 31-12-2014
				Aumentos	Abates	Transferênc.	
411	Partes de Capital		98.323,29 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	98.323,29 €
4111	Associações de Municípios		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
4112	Empresas Municipais e Intermunicipais		25.000,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	25.000,00 €
	- Miranda Cultural e Rura, EM		25.000,00 €	0,00 €			25.000,00 €
4113	Empresas Privadas ou Cooperativas		73.323,29 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	73.323,29 €
	- Miranda Carnes		73.323,29 €	0,00 €			73.323,29 €
412	Obrigações e títulos de participação		0,00 €	543.598,18 €	0,00 €	0,00 €	543.598,18 €
	- Fundo de Apoio Municipal		0,00 €	543.598,18 €			543.598,18 €
414	Investimentos em imóveis		156.600,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	156.600,00 €
415	Outras aplicações financeiras		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
			254.923,29 €	543.598,18 €	0,00 €	0,00 €	798.521,47 €

42- Imobilizado Corpóreo

Em relação ao imobilizado corpóreo verificámos as aquisições com valores mais expressivos, através do documento de suporte, assim como as transferências/correções de imobilizado.

Dos documentos analisados não foram detetadas distorções materialmente relevantes, ou seja, damos como verificada a asserção da mensuração

Fernando Peixinho & José Lima
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Imobilizado Corpóreo
Resumo do movimento Anual

N.º	Conta do Razão Descrição	Índice de Referência	Saldo Razão em 31-12-2013	Movimentos			Saldo Razão em 31-12-2014
				Aumentos	Alienações	Transferênc. e Abates	
421	Terrenos e Recursos Naturais		1.751.658,75 €	6.718,40 €	0,00 €	0,00 €	1.758.377,15 €
422	Edifícios e O.Construções		3.563.494,98 €	8.795,18 €	0,00 €	0,00 €	3.572.290,16 €
423	Equipamento Básico		385.905,62 €	39.431,31 €	0,00 €	0,00 €	425.336,93 €
424	Equipamento de Transporte		666.922,67 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	666.922,67 €
425	Ferramentas e Utensílios		204.592,03 €	17.897,27 €	0,00 €	0,00 €	222.489,30 €
426	Equipamento Administrativo		1.155.374,73 €	16.665,29 €	0,00 €	0,00 €	1.172.040,02 €
427	Taras e Vasilhames		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
429	Outras Imob. Corpóreas		322.994,21 €	1.083,74 €	0,00 €	0,00 €	324.077,95 €
			8.050.942,99 €	90.591,19 €	0,00 €	0,00 €	8.141.534,18 €
	Mapas de Amortizações						
	Valor verificado :			53.447,71 €	0,00 €	0,00 €	
				59%	#DIV/0!	#DIV/0!	

43- Imobilizado Incorpóreo

Relativamente ao Imobilizado Incorpóreo, não se verificaram registos no decurso do exercício de 2014, apresentado um saldo de € 352.034,41.

44 - Imobilizado em Curso

Imobilizado Em Curso
Resumo do movimento Anual

N.º	Conta do Razão Descrição	Índice de Referência	Saldo Razão em 31-12-2013	Movimentos			Saldo Razão em 31-12-2014
				Aumentos	Abates	Transferênc.	
441	Imobilizações em Curso de investimentos Financeiros		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
442	Imobilizações em Curso de Imobilizações Corpóreas		6.555,57	1.028.182,08	0,00	-908.120,20	126.617,45
443	Imobilizações em Curso de Imobilizações Incorpóreas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
445	Imobilizações em Curso de Bens de Domínio Público		335.480,38	629.753,33	0,00	-895.713,61	69.520,10
			342.035,95	1.657.935,41	0,00	-1.803.833,81	196.137,55
	Valor verificado :			1.130.002,13		-1.803.833,81	
				68%		100%	

Fernando Peixinho & José Lima
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Os movimentos ocorridos, no decurso do ano de 2014, em “Imobilizado em Curso”, têm por base a realização de obras e a transferência para Imobilizado Corpóreo com base nos autos de receção provisória. Dos testes realizados estamos em condições de dar por verificadas as asserções plenitude e mensuração.

45 – Bens de Domínio Público

Bens de Domínio Público
Resumo do movimento Anual

N.º	Conta do Razão Descrição	Índice de Referência	Saldo Razão em 31-12-2013	Movimentos			Saldo Razão em 31-12-2014
				Aumentos	Abates	Transferênc.	
451	Terrenos e Recursos Naturais		6.845.653,28	0,00	0,00	0,00	6.845.653,28
452	Edifícios		8.514.700,99	0,00	0,00	0,00	8.514.700,99
453	Outras Construções e Infra-Estruturas		37.910.194,99	1.795.038,63	0,00	0,00	39.705.233,62
455	Bens do Património Histórico, Artístico e Cultural		74.359,20	0,00	0,00	0,00	74.359,20
459	Outros Bens de Domínio Público		3.248.385,78	0,00	0,00	0,00	3.248.385,78
Valor verificado :			56.593.294,24	1.795.038,63	0,00	0,00	58.388.332,87
				1.795.038,63			
				100%			

Os aumentos registados na conta “45 – Bens de Domínio Público” derivam da transferência de obras em curso para a respetiva conta de Bens de Domínio Público, de acordo com o auto de receção provisório.

Valorimetria adoptada

Confirmámos que a valorimetria adoptada para a generalidade dos ativos imobilizados é a do custo de aquisição. Porém, no que se refere aos bens produzidos (construídos) por administração direta, detetámos que o processo de imputação de custos apresenta evidentes insuficiências para efeitos da valorização plena desses ativos, na medida em que só é imputado o material destinado à obra, não sendo considerados os custos com o pessoal (embora esteja a ser calculado através da gestão de actividades), amortização de máquinas e viaturas propriedade da autarquia, consumíveis e outros gastos gerais relacionados com a obra, ou seja, esses custos não imputados pelo Município são reconhecidos como custo do exercício e não são capitalizados na construção do ativo subjacente.



Concomitantemente, não é relevado qualquer valor na rubrica “Trabalhos para a Própria Entidade”. Daí que tal situação produza uma infra valoração dos ativos e, por consequência, uma subvalorização do património líquido e do resultado do exercício.

De assinalar que numa ótica orçamental essa despesa é tratada como despesa corrente quando, em alguns casos, é, pela sua natureza e destino, despesa de capital.

Por insuficiência documental não nos foi possível efectuar um levantamento das obras realizadas por administração direta de forma a aferir com fiabilidade os custos suportados pelo Município relacionados com cada obra e a essa não imputados, para efeitos da relevação do seu valor contabilístico e patrimonial.

Amortizações

Procedemos à realização do teste às amortizações do exercício realizando a correlação entre a aplicação POCAL e aplicação Património. Dos testes efetuados não foi detetada nenhuma divergência material. Do teste realizado às taxas de amortização e, consequentemente, à amortização do período não verificamos qualquer distorção.

5 - Fundos Próprios

As rubricas de Património mantêm-se inalteradas desde Dezembro de 2013. No que respeita à rubrica “57 – Reservas” foi reconhecido o reforço de 5% do resultado líquido de 2013 e, a rubrica “59 – Resultados Transitados”, verificámos o reconhecimento dos custos de períodos anteriores a 2014 e aplicação de resultados de 2013.

O quadro abaixo evidência os movimentos ocorridos, em 2014, nas contas da classe 5 – Fundos Próprios:

Rubrica	Descrição	31-12-2013	31-12-2014	Desvio €	Desvio %
5	FUNDOS PROPRIOS	-30.693.006,43	-31.630.786,18	-937.779,75	3,1%
51	PATRIMONIO	-18.760.107,19	-18.760.107,19	0,00	0,0%
57	RESERVAS	-1.377.180,17	-1.425.787,17	-48.607,00	3,5%
571	Reservas legais	-851.345,70	-899.952,70	-48.607,00	5,7%
576	Doacoes	-525.834,47	-525.834,47	0,00	0,0%
59	RESULTADOS TRANSITADOS	-10.555.719,07	-11.444.891,82	-889.172,75	8,4%

6 – Custos e proveitos

61 – Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas

1. Conteúdo

Código das contas	Designação	Saldo		Desvios (€)	Desvios (%)
		31-12-2013	31-12-2014		
61	CUSTOS DAS MERC. VENDIDAS E DAS MATER. CONSUMIDAS	205.661,41	390.057,51	184.396,10	89,66%
616	Materias-primas, subsidiarias e de consumo	205.661,41	390.057,51	184.396,10	89,66%
6161	Materias-primas	203.711,05	135.703,68	-68.007,37	-33,38%
6162	Materias subsidiarias	677,45	0,00	-677,45	-100,00%
6163	Materiais diversos	0,00	249.698,28	249.698,28	#DIV/0!
6165	Materias de Escritorio	1.272,91	4.655,55	3.382,64	265,74%

2. Trabalho Efectuado

Verificámos a decomposição do saldo e procedemos à respectiva revisão analítica.

3. Conclusões

Verificámos que, nesta rubrica, é registado o valor das aquisições de materiais a fornecedores destinados às obras que o Município realiza com o pessoal da autarquia (administração directa).

62 – Fornecimentos e Serviços Externos

1. Conteúdo

Código das contas	Designação	Saldo		Desvios (€)	Desvios (%)
		31-12-2013	31-12-2014		
62	FORNECIMENTOS E SERVICOS EXTERNOS	2.478.375,77	2.590.882,52	112.506,75	4,54%
621	Subcontratos	0,00	950.525,96	950.525,96	#DIV/0!
62102	SERVIÇOS DE RECOLHA, TRATAMENTO E DEPOSIÇÃO DE RESÍDUO	0,00	323.665,44	323.665,44	#DIV/0!
62104	LIMPEZA URBANA	0,00	140.637,62	140.637,62	#DIV/0!
62106	ILUMINAÇÃO PÚBLICA	0,00	306.763,32	306.763,32	#DIV/0!
62107	TRANSPORTES ESCOLARES	0,00	170.401,93	170.401,93	#DIV/0!
62108	CANTINAS ESCOLARES	0,00	9.057,65	9.057,65	#DIV/0!
622	Fornecimentos e servicos	2.478.117,07	1.640.356,56	-837.760,51	-33,81%
62211	Electricidade	583.609,16	517.975,50	-65.633,66	-11,25%
62214	Outros fluidos	28.624,09	0,00	-28.624,09	-100,00%
62215	Ferramentas e utensilios de desgaste rapido	31.498,14	8.356,42	-23.141,72	-73,47%
62216	Livros e documentacao tecnica	211,44	0,00	-211,44	-100,00%
62217	Material de Escritorio	28.135,15	5.178,67	-22.956,48	-81,59%
62218	Artigos para oferta	3.431,77	2.939,88	-491,89	-14,33%
62219	Rendas e alugueres	0,00	47.331,00	47.331,00	#DIV/0!
62222	Comunicacao	74.058,13	75.816,07	1.757,94	2,37%
62223	Seguros	57.028,50	55.350,94	-1.677,56	-2,94%
62225	Transportes de mercadorias	7.404,71	14.170,63	6.765,92	91,37%
62226	Transportes de pessoal	208.823,85	10.480,00	-198.343,85	-94,98%
62227	Deslocações e estadas	2.649,40	3.198,73	549,33	20,73%
62232	Conservacao e reparacao	117.508,93	103.768,39	-13.740,54	-11,69%
62233	Publicidade e propaganda	11.079,39	6.953,07	-4.126,32	-37,24%
62234	Limpeza, higiene e conforto	1.688,52	14,76	-1.673,76	-99,13%
62236	Trabalhos especializados	255.236,54	228.471,32	-26.765,22	-10,49%
62237	TRANSPORTES ESCOLARES	864.896,21	15.545,88	-849.350,33	-98,20%
62290	Encargos de cobranca	21.319,28	42.948,97	21.629,69	101,46%
62298	Outros fornecimentos e servicos	6.204,00	323.484,79	317.280,79	5114,13%
62299	OUTROS	24.222,12	9.648,84	-14.573,28	-60,17%
623	Materiais diversos	258,70	0,00	-258,70	-100,00%

2. Trabalho Efetuado

Procedemos à verificação das principais rubricas tendo em atenção a sua variação em relação ao ano anterior e, em função dessa análise, procedemos à verificação e análise dos principais documentos de suporte de modo a obtermos a evidência julgada necessária nas circunstâncias.

3. Conclusões

Verificámos que o valor global da rubrica de “fornecimentos e serviços externos”, comparando com o período homólogo de 2013, aumentou € 112.506,75, ou seja, 4,54%. Assim, passamos a identificar as rubricas que registaram maior variação, assim como as que contribuíram, para este aumento de custos:

- Subcontratos, registou um aumento de € 950.525,96, devendo-se à alteração da política contabilística do registo associado a prestação de serviços, como por exemplo, iluminação pública, transportes escolares e limpeza urbana.
- Ferramentas e utensílios de desgaste rápido, registou uma diminuição no valor de € 23.141,72, o que equivale a 73,47%;
- Rendas e alugueres, registou um aumento de € 47.331,00, resultante da alteração contabilística, ou seja, em 2013 foram contabilizados na conta de trabalhos especializados;
- Transportes escolares, registou uma diminuição de € 849.350,33, devendo-se a alteração da política contabilística, ou seja, passou a ser contabilizado na com “621 – Subcontrato”;
- Outros fornecimentos e serviços externos, registou um aumento de € 317.280,79, sendo a maior parte dos registos contabilísticos associados a faturas da EDP (contrato com a EDP Universal) e aquisição de refeições associadas aos eventos organizados pelo Município. Chamamos a atenção para o facto desta rubrica apenas dever ser utilizada em operações que não tenham enquadramento nas restantes contas.

63 – Transferências e Subsídios Correntes Concedidos e Prestações Sociais

1. Conteúdo

Código das contas	Designação	Saldo		Desvios (€)	Desvios (%)
		31-12-2013	31-12-2014		
63	TRANSFER. E SUBSÍDIOS CORRENTES C. PREST.SOCIAIS	311.268,26	422.562,35	111.294,09	35,76%
631	Transferências correntes concedidas	81.447,88	386.339,35	304.891,47	374,34%
6312	Administração autárquica	81.447,88	0,00	-81.447,88	-100,00%
6313	ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA	0,00	74.672,14	74.672,14	#DIV/0!
6316	OUTROS SETORES INSTITUCIONAIS	0,00	311.667,21	311.667,21	#DIV/0!
632	Subsídios correntes concedidos	229.820,38	36.223,00	-193.597,38	-84,24%
6321	Empresas	229.820,38	0,00	-229.820,38	-100,00%
6323	ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA	0,00	28.243,00	28.243,00	#DIV/0!
6326	OUTROS SETORES INSTITUCIONAIS	0,00	7.980,00	7.980,00	#DIV/0!

2. Trabalho Efetuado

Procedemos à realização do teste à variação de custos e à evolução dos saldos e verificámos as principais rubricas através da análise documental.

3. Conclusões

As transferências correntes, concedidas pelo Município, aumentaram, globalmente, € 111.294,09. Salientamos o aumento de transferências efetuadas para a Outros sectores Institucionais (Associação de Bombeiros, Associações culturais e desportivas). Nesse sentido chamamos atenção do Município para os compromissos assumidos no âmbito do P.A.E.L. no que toca a redução das despesas desta natureza.

64 – Custos com Pessoal

1. Conteúdo

Código das contas	Designação	Saldo		Desvios (€)	Desvios (%)
		31-12-2013	31-12-2014		
64	CUSTOS COM O PESSOAL	3.262.871,31	3.098.171,69	-164.699,62	-5,05%
641	Remunerações dos membros dos órgãos autárquicos	160.657,24	135.827,55	-24.829,69	-15,46%
642	Remunerações do pessoal	2.400.757,46	2.345.546,35	-55.211,11	-2,30%
6421	Remuneração base do pessoal	2.140.952,98	2.077.919,12	-63.033,86	-2,94%
64211	RCTFP por tempo indeterminado	1.780.735,59	1.700.424,97	-80.330,72	-4,51%
642111	Remuneração base	1.467.050,14	1.448.364,20	-18.685,94	-1,27%
642112	Subsídio de férias	189.807,83	130.781,46	-59.026,37	-31,10%
642113	Subsídio de Natal	123.897,72	121.279,31	-2.618,41	-2,11%
64212	RCTFP a Termo Resolútivo	148.034,73	15.269,69	-132.765,04	-89,69%
64213	Pessoal em qualquer outra situação	166.005,02	136.235,09	-29.769,93	-17,93%
64214	Outras Situações	46.157,54	225.989,37	179.831,83	389,60%
6422	Suplementos de remunerações	245.442,23	253.402,32	7.960,09	3,24%
6423	Prestações sociais directas	14.362,25	14.224,91	-137,34	-0,96%
643	Pensoes	6.789,92	14.977,20	8.187,28	120,58%
645	Encargos sobre remunerações	498.567,45	455.472,47	-43.094,98	-8,64%
6452	Segurança social dos funcionários RCTFP	369.707,57	345.294,84	-24.412,73	-6,60%
6453	Segurança social - regime geral	128.859,88	110.177,63	-18.682,25	-14,50%
646	Seguros de acidentes no trabalho e doenças profiss	36.727,52	16.052,32	-20.675,20	-56,29%
648	Outros custos com pessoal	159.371,72	130.295,80	-29.075,92	-18,24%
6481	Despesas de saúde	121.144,96	129.356,12	8.211,16	6,78%
6483	Subsídio de maternidade/paternidade	889,71	328,58	-561,13	-63,07%
6489	Outros	37.337,05	611,10	-36.725,95	-98,36%

2. Trabalho Efetuado

Efetuámos os testes de conformidade às rubricas relacionadas com os custos com o pessoal, designadamente a verificação, por amostragem, de dois meses de processamento de remunerações e procedemos à análise dos diferentes agregados desta rubrica tendo verificado os procedimentos administrativos em relação ao processamento de remunerações, o que nos permitiu formar uma opinião sobre a razoabilidade do saldo relevado pela contabilidade.

3. Conclusões

Para além de pequenos desvios e algumas pequenas alterações em relação à conformidade dos registos efetuados, não detetámos quaisquer situações dignas de registo, pelo que verificamos o cumprimento da asserção da mensuração.

Verificámos o cumprimento das reduções remuneratórias decorrentes da aplicação da Lei do Orçamento de 2014 (art. n.º 33 da Lei n.º 83-C/2013 de 31 de Dezembro), conjugada com a Lei n.º 75/2014 de 12 Setembro, não tendo sido detetada qualquer anomalia suscetível de anotação.

Através da análise efetuada verificámos que em relação ao período homólogo de 2013, os custos com o pessoal sofreram uma diminuição de, aproximadamente, € 164.699,62, o equivalente a 5%, explicado pela caducidade de contratos a termo resolutivo.

65 – Outros Custos e Perdas Operacionais

1. Conteúdo

Código das Contas	Designação	Saldo		Desvios €	Desvios (%)
		31-12-2013	31-12-2014		
65	OUTROS CUSTOS E PERDAS OPERACIONAIS	0,00	85,85	85,85	#DIV/0!
658	Outros custos e perdas operacionais	0,00	85,85	85,85	#DIV/0!

2. Trabalho Efetuado

Procedemos à realização do teste à variação de custos e à evolução dos saldos e verificámos as principais rubricas através da análise documental.

3. Conclusões

A 31 de Dezembro de 2014 esta rubrica apresenta um saldo de € 85,85 sobre o qual nada temos a relatar.

66 – Amortizações do Exercício

1. Conteúdo

Código das contas	Designação	Saldo		Desvios €	Desvios (%)
		31-12-2013	31-12-2014		
66	AMORTIZACOES DO EXERCICIO	2.695.970,47	2.778.437,86	77.466,89	2,87%
662	Imobilizacoes corporeas	393.591,24	372.866,06	-20.725,18	-5,27%
6622	Edificios e outras construcoes	113.673,70	111.313,24	-2.360,46	-2,08%
6623	Equipamento basico	60.290,51	59.548,18	-742,33	-1,23%
6624	Equipamento de transporte	68.351,09	67.220,55	-1.130,54	-1,65%
6625	Ferramentas e utensilios	23.421,97	20.967,99	-2.453,98	-10,48%
6626	Equipamento administrativo	100.956,88	87.908,65	-13.048,23	-12,92%
6628	Outras imobilizacoes corporeas	26.897,09	25.907,45	-989,64	-3,68%
663	Imobilizacoes incorporeas	2.029,50	0,00	-2.029,50	-100,00%
665	Bens de dominio publico	2.300.349,73	2.400.571,30	100.221,57	4,36%
6652	Edificios	281.375,07	281.375,02	-0,05	0,00%
6653	Outras construcoes e infraestruturas	1.857.410,17	1.957.631,79	100.221,62	5,40%
6655	Bens de patrimonio historico, artistico e cultural	3.717,96	3.717,96	0,00	0,00%
6659	Outros bens de dominio publico	157.846,53	157.846,53	0,00	0,00%

2. Trabalho Efetuado

Procedemos à realização do teste relativo ao cálculo das amortizações do exercício e à comparação do mapa das amortizações gerado pela aplicação do património com os valores constantes na contabilidade.

3. Conclusões

Dos testes realizados não detetámos qualquer distorção que coloque em causa a asserção mensuração no âmbito da política contabilística da consistência. O aumento registado face ao período homólogo justifica-se pela passagem de imobilizações em curso para Imobilizações Corpóreas e Bens do Domínio Público

67 – Provisões do Exercício

Esta rubrica apresenta um saldo € 27.252,40 em 31 de Dezembro de 2014. Todavia o Município procedeu ao reforço de provisões referentes a processos judiciais contra o Município no valor de € 49.891,00 e referente a cobranças duvidosas de clientes, contribuintes e utentes no valor de € 4.446,25.

Código das contas	Designação	Saldo		Desvios €	Desvios (%)
		31-12-2013	31-12-2014		
67	PROVISOES DO EXERCICIO	81.589,65	54.337,25	-27.252,40	-33,40%
671	Para cobranças duvidosas	4.725,81	4.446,25	-279,56	-5,92%
6723	Processo judiciais em curso	76.863,84	49.891,00	-26.972,84	-35,09%



68 – Custos e Perdas Financeiras

1. Conteúdo

Código das contas	Designação	Saldo		Desvios (€)	Desvios (%)
		31-12-2013	31-12-2014		
68	CUSTOS E PERDAS FINANCEIRAS	301.515,67	276.654,89	-24.860,78	-8,25%
681	Juros suportados	251.400,39	240.447,29	-10.953,10	-4,36%
68112	De medio e longo prazo	162.979,72	215.179,25	52.199,53	32,03%
6812	OUTROS JUROS	88.420,67	25.268,04	-63.152,63	-71,42%
68121	JUROS DE MORA	83.785,59	24.332,38	-59.453,21	-70,96%
683	Amortizações de Investimentos em Imóveis	2.585,31	2.585,32	0,01	0,00%
688	Outros custos e perdas financeiros	47.529,97	33.622,28	-13.907,69	-29,26%

2. Trabalho Efetuado

Procedemos à realização do teste que nos permitiu relacionar os juros suportados com os empréstimos bancários obtidos, contrastados com a taxa de juro contratualizada. Verificámos, ainda, a sustentação das principais rubricas através da análise documental.

3. Conclusões

Numa análise agregada à rubrica de “custos e perdas financeiras” verificou-se uma diminuição de € 24.860,78, comparativamente a igual período do ano anterior. Esta diminuição resulta essencialmente da diminuição de juros de mora, pese embora em 2014 ainda se verificarem contabilizados € 25.268,04 mas, os quais estão subjacentes aos acordos de cessão de créditos celebrados com a Resíduos do Nordeste e António Augusto Santos.

69 – Custos e Perdas Extraordinárias

1. Conteúdo

Código das contas	Designação	Saldo		Desvios (€)	Desvios (%)
		31-12-2013	31-12-2014		
69	CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINARIAS	88.305,06	46.742,20	-41.562,86	-47,07%
691	Transferências de capital concedidas	22.801,72	40.000,00	17.198,28	75,43%
6911	Administrações públicas	22.801,72	0,00	-22.801,72	-100,00%
6913	ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA	0,00	40.000,00	40.000,00	#DIV/0!
696	Aumentos de amortizações e de provisões	0,00	0,00	0,00	#DIV/0!
697	Correcções relativas a exercícios anteriores	49.078,03	4.775,20	-44.302,83	-90,27%
698	Outros custos e perdas extraordinários	16.425,31	1.967,00	-14.458,31	-88,02%

2. Trabalho Efetuado

Procedemos à realização do teste à variação de custos e à evolução dos saldos e verificámos as principais rubricas através da análise documental.

3. Conclusões

Através da análise efectuada, verificámos que, em relação ao período homólogo de 2013, os “custos e perdas extraordinárias” diminuíram, em termos globais, 47%, ou seja, €

41.562,86. A rubrica mais representativa na expressão dos custos extraordinários e que mais contribuiu para esta variação foi a “697 – Correções relativas a exercícios anteriores” com uma diminuição de € 44.302,83. Todavia apresenta um saldo de € 4.775,20 sendo 4.547,51 referente a uma restituição de verba de projectos co-financiados ao POPH, entendendo que a execução do projecto ficou aquém do valor adiantado pelo POPH.

Em suma não foram detetados erros ou omissões que mereçam reparo, o que nos permite assumir como verificadas as asserções mensuração e plenitude.

7 – Proveitos e Ganhos

71 – Vendas e Prestação de Serviços

1. Conteúdo

Código das contas	Designação	Saldo		Desvios (€)	Desvios (%)
		31-12-2013	31-12-2014		
71	VENDAS E PRESTACAO DE SERVICOS	-1.577.155,13	-580.601,09	996.554,04	-63%
711	Vendas	-206.887,05	-195.220,71	11.666,34	-6%
7111	Mercadorias	-3.861,91	0,00	3.861,91	-100%
7112	Produtos acabados e Intermedios	-203.025,14	-184.988,28	18.056,86	-9%
7114	VENDA DE OUTROS BENS	0,00	-10.252,43	-10.252,43	#DIV/0!
712	Prestacoes de servicos	-1.370.268,08	-385.380,38	984.887,70	-72%
7121	Serviços Específicos das Autarquias	-16.843,45	-285.276,63	-268.433,18	1594%
7122	SERVIÇOS SOCIAIS, RECREATIVOS, CULTURAIS E DE DES	-10.503,38	-41.093,17	-30.531,79	291%
7123	OUTROS SERVIÇOS	0,00	-59.068,58	-59.068,58	#DIV/0!
7124	Instalacoes desportivas,culturais e recreativas	-33.052,18	0,00	33.052,18	-100%
7125	Aluguer de contadores	-118.455,30	0,00	118.455,30	-100%
7126	SANEAMENTO	-129.603,61	0,00	129.603,61	-100%
7127	RESIDUOS SOLIDOS	-101.854,60	0,00	101.854,60	-100%
7128	RENDAS E ALUGUERES	-951.288,34	0,00	951.288,34	-100%
7129	Outras	-8.667,22	0,00	8.667,22	-100%

2. Trabalho efetuado

Procedemos à realização do teste de conformidade às vendas e prestação de serviços e à análise substantiva do conteúdo e extensão dessas contas e dos saldos relevados. Para tanto efetuámos também o teste ao corte de operações. Verificámos, de entre outros, as variações ocorridas nos principais elementos destas rubricas através da análise documental. Com relação ao teste ao corte de operações verificámos o cumprimento da especialização dos exercícios.

3. Conclusões

Através da análise efetuada verificámos que, em relação ao período homólogo de 2013, as vendas e prestação de serviços registaram uma diminuição no valor de € 996.554,04, ou seja, 63%. A rubrica que mais contribuiu para esta diminuição foi a “7128 – Rendas e Alugueres”, registando uma diminuição de € 951.288,34 devendo-se à alteração da política contabilística do registo associado às rendas, as quais passaram a ser contabilizadas na conta “783 – Rendimentos de Imóveis”.

72 – Impostos e Taxas

1. Conteúdo

Código das contas	Designação	Saldo		Desvios (€)	Desvios (%)
		31-12-2013	31-12-2014		
72	IMPOSTOS E TAXAS	-1.378.213,95	-1.209.930,44	168.283,51	-12%
721	Impostos directos	-1.298.919,71	-1.130.515,11	168.404,60	-13%
722	Impostos indirectos	-44.213,25	-22.832,95	21.380,30	-48%
724	Taxas	-39.591,54	-56.683,56	-17.092,02	43%
725	REEMBOLSOS E RESTITUIÇÕES	3.460,76	2.620,18	-840,58	-24%
726	Anulacoes	2.873,89	0,00	-2.873,89	-100%
728	Outros	-1.824,10	-2.519,00	-694,90	38%

2. Trabalho Efetuado

Procedemos à realização do teste de conformidade a algumas taxas cobradas e à verificação das variações ocorridas nas principais rubricas através da análise documental e tendo em conta procedimentos analíticos utilizados. Verificámos o cumprimento da especialização dos proveitos referentes a esta rubrica.

3. Conclusões

A variação negativa ocorrida na rubrica “impostos e taxas”, no valor de € 168.930,44, deve-se, essencialmente, ao facto de, em 2013, o Município ter recebido a título de contribuição autárquica o montante de € 125.000,00 (decorrente de um processo judicial), e pela diminuição na cobrança de IMT (Imposto sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis).

Da análise efetuada não detetámos nenhuma situação que mereça qualquer reparo.

73 – Proveitos Suplementares

1. Conteúdo

Código das contas	Designação	Saldo		Desvios (€)	Desvios (%)
		31-12-2013	31-12-2014		
73	PROVEITOS SUPLEMENTARES	-3.160,00	0,00	3.160,00	-100%
7391	Correntes	-3.160,00	0,00	3.160,00	-100%

2. Trabalho Efetuado

Procedemos à realização do teste de conformidade proveitos suplementares e à análise substantiva do conteúdo e extensão dessas contas e dos saldos relevados.

3. Conclusões

A 31 de Dezembro de 2014 esta conta apresenta saldo nulo. O saldo apresentado em 2013 está associada ao recebimento de inscrições e mensalidades na “Universidade Sénior”.

74 – Transferências e Subsídios Correntes Obtidos

1. Conteúdo

Código das contas	Designação	Saldo		Desvios (€)	Desvios (%)
		31-12-2013	31-12-2014		
74	TRANSFERENCIAS E SUBSIDIOS CORRENTES OBTIDOS	-6.855.253,43	-6.749.897,17	105.356,26	-2%
7421	Administrações públicas	-6.780.194,81	-6.718.087,53	62.107,28	-1%
74211	Orçamento do Estado	-6.510.621,36	-6.331.699,08	178.922,28	-3%
742111	TRANSFERENCIAS CORRENTES	-5.269.790,36	-5.728.798,08	-459.007,72	9%
742112	TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	-1.240.831,00	-602.901,00	637.930,00	-51%
74212	Fundos e serviços autónomos	-269.573,45	-386.388,45	-116.815,00	43%
7424	RESTO DO MUNDO	-75.058,62	-31.809,64	43.248,98	-58%

2. Trabalho Efetuado

Procedemos à análise dos subsídios contabilizados nesta rubrica e efetuámos a comparação dos valores constantes da comunicação oficial enviada pela DGAL, com a discriminação da participação do Município nos impostos do Estado – 2014 (FEF, FSM, IRS) com o que constava registado na contabilidade.

3. Conclusões

Da análise a que procedemos da comparação dos subsídios contabilizados com o mapa XIX do Orçamento de Estado para 2014 não verificámos qualquer diferença no valor registado pelo Município.

75 – Trabalhos para a Própria Entidade

1. Conteúdo

Nada consta nas contas do Município acerca desta rubrica.

2. Trabalho Efetuado

Procedemos à elaboração e análise do controlo interno, nomeadamente no que respeita às obras realizadas por administração direta.

3. Conclusões

Salientamos o facto de o Município ter realizado trabalhos através de meios próprios, ou seja, por administração direta e não ter utilizado esta rubrica para mencionar os meios próprios e adquiridos destinados à construção das obras e imobilizado em geral, o que acabou



por se traduzir numa subavaliação do resultado e numa omissão dos ativos em igual valor. Não nos foi possível determinar tais diferenças pela impossibilidade de quantificação dos ativos construídos pelo Município através dos seus próprios meios, pese embora o Município dispor de um sistema de contabilidade analítica/custos mas, o qual não se encontra totalmente em funcionamento conforme referimos no ponto 3.1 alínea g).

Reiteramos a necessidade do Município imputar todos os custos às obras realizadas por administração direta de forma a que os resultados não se encontrem subvalorizados.

78 – Proveitos e Ganhos Financeiros

1. Conteúdo

Código das contas	Designação	Saldo		Desvios (€)	Desvios (%)
		31-12-2015	31-12-2014		
78	PROVEITOS E GANHOS FINANCEIROS	-560,59	-973.272,90	-972.712,31	173516%
781	Juros obtidos	-560,59	-638,26	-77,67	14%
783	Rendimentos de imóveis	0,00	-972.634,64	-972.634,64	#DIV/0!

2. Trabalho Efetuado

Procedemos à realização do teste à variação de proveitos e à evolução dos saldos e verificámos as principais rubricas através da análise documental.

3. Conclusões

Comparativamente ao período homólogo esta rubrica apresenta uma variação positiva de € 972.712,31, por motivos de reclassificação contabilística das rendas trecebidas.

A rubrica que mais contribuiu para este aumento foi “783 – Rendimentos de Imóveis”, registado um aumento de € 972.634,64 devendo-se à alteração da política contabilística do registo das rendas. Anteriormente eram contabilizadas na conta “7128 – Rendas e Alugueres”.

79 – Proveitos e Ganhos Extraordinários

1. Conteúdo

Código das contas	Designação	Saldo		Desvios (€)	Desvios (%)
		31-12-2015	31-12-2014		
79	PROVEITOS E GANHOS EXTRAORDINARIOS	-583.338,92	-633.406,04	-50.067,12	9%
794	Ganhos em imobilizações	-6.325,20	0,00	6.325,20	-100%
795	Benefícios de penalidades contratuais	-2.022,35	-913,71	1.108,64	-55%
796	Reduções de amortizações e provisões	-200.521,85	-265.590,96	-65.069,11	32%
797	Correções relativas a exercícios anteriores	-6,80	-1.951,53	-1.944,73	28599%
798	Outros proveitos de ganhos extraordinarios	-374.462,72	-364.949,84	9.512,88	-3%

2. Trabalho Efetuado

Procedemos ao teste da variação de proveitos e à evolução dos saldos, através da verificação das principais rubricas.

3. Conclusões

Os proveitos e ganhos extraordinários registaram um aumento, em termos globais, de € 50.067,12. As variações mais significativas e que mais contribuíram para este aumento, ocorreram na rubrica “796 – Reduções de amortizações e provisões” com um acréscimo de € 65.069,11, derivado da reversão de processos judiciais contra o município no valor global de € 365.590,96.

3.4. Identificação de desvios entre os documentos do encerramento das contas

Relativamente a este ponto não detectamos qualquer tipo de desvio substancialmente relevante.

3.5. Acontecimentos Subsequentes

Não detetámos a ocorrência de acontecimentos após a data do encerramento das contas e até à data da emissão do presente relatório que, pelo seu possível efeito material, possam ter consequências na informação financeira futura.

3.6. Cumprimento das metas orçamentais

Os quadros que a seguir se apresentam evidenciam o conteúdo dos agregados da despesa e da receita:

Corrente	DESPESA			
	Valores			
	Orçado	Pago	Variação	%
01-Despesa com pessoal	3.145.917,33	3.129.185,83	-16.731,50	-0,53%
02-Aquisição de bens e serviços	4.489.528,69	3.429.586,79	-1.059.941,90	-23,61%
03-Juros e outros encargos	292.130,77	254.290,64	-37.840,13	-12,95%
04-Transferências correntes	520.490,70	451.457,01	-69.033,69	-13,26%
05-Subsídios	82.920,42	82.320,42	-600,00	-0,72%
06-Outras despesas correntes	64.421,42	45.256,29	-19.165,13	-29,75%
	8.595.409,33	7.392.096,98	-1.203.312,35	-14,00%
Capital				
07-Aquisições de bens de capital	2.501.039,80	1.837.913,11	-663.126,69	-26,51%
08-Transferências e capital	68.048,71	63.048,71	-5.000,00	-7,35%
09-Activos financeiros	50.000,00	0,00	-50.000,00	-100,00%
10-Amortização empréstimos	1.131.870,58	1.130.337,96	-1.532,62	-0,14%
11- Outras despesas de capital	0,00	0,00	0,00	#Div/01
	3.750.959,09	3.031.299,78	-719.659,31	-19,19%
Totais de Despesas	12.346.368,42	10.423.396,76	-1.922.971,66	-15,58%



Como se pode apurar da análise do quadro supra as despesas correntes face ao orçamentado apresentam um desvio, para menos, de € 1.203.312,35, ou seja, 14%. A rubrica que maior peso teve na diminuição das despesas correntes foi a “02 – Aquisição de bens e serviços” com uma variação negativa de € 1.059.941,90.

Relativamente às despesas de Capital verifica-se uma diminuição face ao orçamentado de € 719.659,31, tendo a rubrica “07 – Aquisições de bens de capital” apresentado uma variação, para menos, de € 663.126,69, sendo este o maior peso na diminuição global das despesas de capital.

RECEITA				
Corrente	Valores			
	Orçado	Cobrado	variação	%
01- Impostos directos	1.046.964,47	1.177.580,23	130.615,76	12,48%
02- Impostos indirectos	20.770,87	22.779,09	2.008,22	9,67%
04- Taxas multa e penalidades	74.554,90	59.730,02	-14.824,88	-19,88%
05- Rendimentos propriedade	901.296,42	1.079.805,23	178.508,81	19,81%
06- Transferencias correntes	6.025.337,00	6.115.622,49	90.285,49	1,50%
07- Vendas de bens e serviços	748.268,81	602.670,77	-145.598,04	-19,46%
08- Outras receitas correntes	25.318,97	23.993,90	-1.325,07	-5,23%
	8.842.511,44	9.082.181,73	239.670,29	2,71%
Capital				
09- Venda de bens de Investimento	535.125,00	0,00	-535.125,00	-100,00%
10- Transferencias de capital	2.226.829,20	1.900.463,11	-326.366,09	-14,66%
11- Activos financeiros	23.500,00	0,00	-23.500,00	-100,00%
12- Passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	#DIV/0!
13- Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	#DIV/0!
Receitas de capital	2.785.454,20	1.900.463,11	-884.991,09	-31,77%
15- Outras receitas	2.000,00	2.983,00	983,00	
	5.572.908,40	3.803.909,22	-1.768.999,18	-31,74%
16- saldo gerencia anterior	716.402,78	716.402,78		
	15.131.822,62	13.602.493,73	-1.529.328,89	-10,11%

No que concerne às receitas correntes verifica-se um aumento face ao orçamentado de € 239.670,29 conforme se alcança através da análise do quadro anterior. A rubrica que maior peso teve no aumento das receitas correntes foi a “05 – Rendimentos de propriedades” com uma variação positiva de € 178.508,81.

Ao nível das receitas de capital verifica-se um decréscimo face ao orçamentado de € 884.991,09, tendo as rubricas “09 – Vendas de Bens de investimento” e “10 – Transferência de capital” diminuído € 535.125,00 e € 326.366,09, respetivamente.

3.7. Análise à Execução Orçamental

À data de 31 de Dezembro de 2014 a execução orçamental correspondia, genericamente, aos seguintes valores:

Fernando Peixinho & José Lima
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Rubricas	Valores Absolutos		Prev/Exec
	Previsão	Execução	%
1 - Saldo Inicial	716.402,78	716.402,78	100,00%
2 - Rep. não abatidas nos pagamentos	0,00	0,00	#DIV/0!
3 - Receita Corrente	8.842.511,44	9.082.181,73	102,71%
4 - Despesa Corrente	8.595.409,33	7.392.096,98	86,00%
5 - Receita de Capital	2.787.454,20	1.903.446,11	68,29%
6 - Despesa de Capital	3.750.959,09	3.031.299,78	80,81%
7 - Receita Total (1+2+3+5)	12.346.368,42	11.702.030,62	94,78%
8 - Despesa Total (4+6)	12.346.368,42	10.423.396,76	84,42%

Do quadro acima verifica-se que a execução orçamental não põe em causa o princípio do equilíbrio orçamental, uma vez que a receita corrente efetivamente cobrada foi superior à despesa corrente do mesmo período.

Em relação ao controlo orçamental da receita verifica-se que a execução das receitas de capital ficou aquém do orçamentado, com uma execução de, apenas, 68%.

Relativamente ao controlo orçamental da despesa verifica-se um desvio negativo de 16%, pelo facto de ter sido baixa a execução da despesa tanto de capital como corrente, situando-se nos 80% e 86% respectivamente.

Em síntese, verificámos que a execução orçamental global relativa ao exercício ficou, aproximadamente, em 86,70% da estimativa efetuada o que nos leva a concluir que o nível de execução orçamental ficou aquém das projecções da despesa e da receita inscritas no orçamento de 2014.

Desiquilíbrio Orçamental se Receita Corrente < Despesa Corrente

Receita Corrente/Despesa Corrente	Previsão	Execução	%
Receita Corrente	8.842.511,44	9.082.181,73	102,71%
Despesa Corrente	8.595.409,33	7.392.096,98	86,00%
Diferença	247.102,11	1.690.084,75	683,96%
Desiquilíbrio Orçamental	NÃO	NÃO	

3.8. Fundos Disponíveis

Conforme se verifica no quadro abaixo não apurámos diferenças materialmente relevantes entre os fundos disponíveis constantes da aplicação POCAL e os fundos disponíveis enviados para a DGAL via SIIAL, com a exceção do mês de Janeiro. Esta diferença explica-se pelo facto de os serviços de contabilidade não terem conseguido carregar os valores acumulados de 2013 e, com a passagem de ano, a anulação de compromissos veio originar esta diferença nos registos da aplicação POCAL, o qual não está correto, já que o valor relevante é o que consta da plataforma do SIIAL.

Fernando Peixinho & José Lima
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Dos testes realizados não detetámos a assunção de compromissos sem fundos disponíveis cumprindo o disposto na alínea f) do art.º 3º e art.º 5º da Lei 8/2012 de 21/2.

FUNDOS DISPONÍVEIS

(valores em Euros)

Teste às aos Fundos Disponíveis SIIAL vs POCAL

Mês	Dados Extraídos do SIIAL	Dados Extraídos do POCAL	Diferença SIIAL vs POCAL
Janeiro	1.932.651,30	2.187.072,15	254.420,85
Fevereiro	489.448,95	489.448,95	-
Março	517.591,28	517.509,71	- 81,57
Abril	309.146,62	309.146,62	-
Mai	706.038,91	706.752,61	713,70
Junho	912.206,78	912.761,18	554,40
Julho	796.038,53	796.038,53	-
Agosto	573.072,98	573.072,98	-
Setembro	374.493,75	374.493,75	-
Outubro	112.678,21	112.678,21	-
Novembro	177.978,51	177.978,51	-
Dezembro	508.940,18	508.940,18	-

3.9. Efatura vs POCAL

24 - Estado: (Valores em Euros)

243 - In posto sobre o Valor Acrescentado

Teste à correlação entre dados comunicados via Efatura vs Declarações periódicas de IVA

Dados Efatura			Declaração Periódica de IVA				Desvio	
Período	Valor do IVA	Valor Total	Período	Valor do IVA	Base	Valor Total	IVA	Valor Total
Janeiro	1.274,30	154.696,89	1º Trimestre	4.210,98	58.743,85	62.954,83	31,52	- 188.167,95
Fevereiro	1.114,96	46.129,86						
Março	1.790,20	50.296,03						
Abril	1.200,43	659.310,51	2º Trimestre	4.477,48	65.092,35	69.569,83	5,78	- 702.365,27
Mai	1.545,84	51.520,28						
Junho	1.725,43	61.104,31						
Julho	1.525,35	166.792,10	3º Trimestre	5.434,51	76.943,78	82.378,29	2,94	- 201.591,12
Agosto	2.378,37	61.317,75						
Setembro	1.527,85	55.919,56						
Outubro	1.818,12	157.150,97	4º Trimestre	4.266,72	60.584,69	64.851,41	0,01	- 295.905,69
Novembro	1.200,66	51.034,81						
Dezembro	1.247,93	152.571,32						
	18.349,44	1.667.784,39		18.389,69	261.364,67	279.754,36	40,25	- 1.388.030,03

Dos testes de correlação entre as declarações periódicas de IVA e a informação reportada via Efatura para Autoridade Tributaria, verificámos as diferenças acima identificadas. Pese embora em termos de IVA liquidado as diferenças serem de reduzido valor, já em relação aos montantes faturados as diferenças são de elevado valor. Note-se que as declarações de IVA deverão ser preenchidas com toda a informação referente a todos os atos tributários (operações isentas e operações tributadas).

3.10. Análise económico-financeira

3.8.1. Análise Económica

No quadro abaixo é possível verificar a variação dos custos e dos proveitos no período de 2013/2014:

Rubricas	Descrição	31-12-2013	31-12-2014	Desvio, €	Variação %
71	VENDAS E PRESTACAO DE SERVICOS	1.577.155,13	580.601,09	- 996.554,04	-63%
72	IMPOSTOS E TAXAS	1.378.213,95	1.209.930,44	- 168.283,51	-12%
73	PROVEITOS SUPLEMENTARES	3.160,00	-	- 3.160,00	-100%
74	TRANSFERENCIAS E SUBSIDIOS CORRENTES OBTIDOS	6.855.253,43	6.749.897,17	- 105.356,26	-2%
78	PROVEITOS E GANHOS FINANCEIROS	560,59	973.272,90	972.712,31	173516%
79	PROVEITOS E GANHOS EXTRAORDINARIOS	583.338,92	633.406,04	50.067,12	9%
	Total dos Proveitos	10.397.682,02	10.147.107,64	- 250.574,38	-2%
61	CMVMC	205.651,41	390.057,51	184.396,10	90%
62	FORNECIMENTOS E SERVICOS EXTERNOS	2.478.375,77	2.590.882,52	112.506,75	5%
63	TRANSFER. E SUBSIDIOS CORRENTES C. PREST.SOCIAIS	311.268,26	422.562,35	111.294,09	36%
64	CUSTOS COM O PESSOAL	3.262.871,31	3.098.171,69	- 164.699,62	-5%
65	OUTROS CUSTOS E PERDAS OPERACIONAIS	-	85,85	85,85	#DIV/0!
66	AMORTIZACOES DO EXERCICIO	2.695.970,47	2.773.437,36	77.466,89	3%
67	PROVISOS DO EXERCICIO	81.589,65	54.337,25	- 27.252,40	-33%
68	CUSTOS E PERDAS FINANCEIRAS	301.515,67	276.654,89	- 24.860,78	-8%
69	CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINARIAS	88.305,06	46.742,20	- 41.562,86	-47%
	Total dos Custos	9.425.557,60	9.652.931,62	227.374,02	2%
	Provelto - Custos	972.124,42	494.176,02	- 477.948,40	-49%

Da análise ao quadro anterior ressaltam os seguintes aspectos:

- Em relação ao exercício de 2013 o Município registou uma diminuição de 250.574,38 no total dos proveitos;
- Relativamente aos custos verifica-se um aumento global de 227.374,02 ou seja, verifica-se uma evolução desfavorável da conta de exploração, originando uma diminuição do resultado líquido em € 477.948,40;
- As rubricas que apresentaram maior variação no conjunto dos custos e que mais contribuíram para este aumento registado foram as de “Fornecimentos e Serviços Externos” com € 112.506,75 e “Transferências e Subsídios correntes” com uma variação de € 111.294,09;
- Face ao inscrito no quadro acima chamamos a atenção para os compromissos assumidos no âmbito do P.A.E.L., particularmente no que se refere à obrigatoriedade de redução das despesas com transferências para entidades terceiras.

- É, ainda, de relevar que o facto de o Município não reconhecer os trabalhos para a própria entidade (realização de obras por administração directa) como proveitos, na parte de incorporação dos outros factores que não sejam materiais, o que se traduz numa subvalorização dos resultados.

Conclusões

No decorrer do trabalho efetuado não detetámos qualquer situação que ponha em causa o cumprimento da legalidade, quer em relação às leis aplicáveis, quer em relação ao orçamento e plano aprovados pela Assembleia Municipal.

Em nossa opinião o relatório e contas apresentado pelo Município de Miranda do Douro, tendo em atenção a Certificação Legal das Contas e o Relatório Anual do Auditor Externo, apresenta de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Município e o resultado das suas operações.

Aproveitamos, ainda, a oportunidade para agradecer a colaboração prestada por todos os serviços da Câmara Municipal e designadamente do pessoal da Divisão Administrativa e Financeira.

Bragança, 08 de Abril de 2015



Fernando José Peixinho de Araújo Rodrigues, ROC nº 1047
em representação da S.R.O.C. n.º92 – Fernando Peixinho & José Lima

SEDE

Rua do Loreto, 120 Sobreloja
5300-189 Bragança
e-mail. fpeixinho.roc@gmail.com

DELEGAÇÃO

Largo do Desterro, Bloco 1 Sobreloja Drt.
5100-093 Lamego
e-mail. roc@jalima.pt

www.peixinhoelimasroc.pt